

# Governo faz novas concessões

03 DEZ 1997

ILIMAR FRANCO E  
EUGENIA LOPES

BRASÍLIA - O governo trabalhou até a última hora para aprovar o pacote fiscal. Antes do início da votação, os líderes governistas tiveram que fazer novas concessões. As dificuldades ficaram claras desde a manhã de ontem. O secretário-geral do PSDB, Arthur Virgílio (AM), anunciou que ficaria contra o governo caso a Zona Franca de Manaus fosse afetada.

"Se a medida prejudicar a Zona Franca voto contra o governo. Isto é uma farsa, toda a indústria paulista foi construída na base do incentivo", criticou. Somente depois de se reunir com o relator da medida provisória, deputado Roberto Brant (PSDB-MG), é que Virgílio perce-

beu o quanto o governo tinha cedido e que a Zona Franca não seria afetada. O governador Amazonino Mendes (PFL) contava vantagem dizendo o projeto de lei que será apresentado até 30 de março, aumentando as alíquotas do imposto sobre importação, "é a cota de sacrifício do Amazonas".

Na noite de terça-feira, Brant teve uma dura reunião com a bancada do Nordeste, da qual participaram também os líderes do PMDB, Geddel Vieira Lima (BA), e do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), que não aceitavam o corte gradual dos incentivos para o Norte e Nordeste, sendo 25% a partir do ano que vem. "Não gostaram, mas se resignaram", disse Brant.

Mas o relator teve que ceder ontem à tarde a um poderoso *lobby* de

dirigentes de cooperativas, comandado pelo deputado Dejandir Dalpasquale (PMDB-SC) e por dirigente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). O novo texto incluiu as cooperativas de educação e de habitação entre as que ficaram isentas do Imposto de Renda. Só serão taxadas as cooperativas de consumo.

As pressões foram comandadas por governistas, como a feita pelo líder do governo no Senado, Élcio Álvares (PFL-ES), que supriu o artigo 31 da medida e manteve os incentivos para as empresas de importação que operam no Espírito Santo. Esses aliados estão sendo chamados de integrantes da "bancada dos coreanos" - apoiam o pacote desde que os benefícios de seu estado ou região não sejam afetados.